



# ENCONTRO DA ANAUNI PARA INTEGRAÇÃO ENTRE CONSULTIVO E CONTENCIOSO

## Programação

### 27 de Maio

#### Manhã

**8:30 h** – Abertura

Luís Inácio Lucena Adams

(Advogado-Geral da União)

Ophir Filgueiras Cavalcante Junior

(Presidente do CFOAB)

Francisco Queiroz Caputo Neto

(Presidente da OAB/DF)

André Gustavo Vasconcelos de Alcântara

(Presidente da ANAUNI)

**9:00 h** – Conferência Inaugural

Tema:

Integração Contencioso e Consultivo:  
Iniciativas e Desafios

Conferencistas:

Hélia Maria de Oliveira Bettero

(Procuradora-Geral da União)

Ronaldo Jorge Araújo Vieira

(Consultor-Geral da União)

Grace Maria Fernandes Mendonça

(Secretária-Geral de Contencioso)

#### Tarde

**14:00h** – 1ª Palestra

Tema:

Consultorias e Grupo Permanente de Combate à Corrupção: Integração Permanente para a Promoção da Probidade Administrativa.

Assuntos abordados:

Relatórios do TCU e da CGU; PADs e

Tomadas de Contas Especiais que passam pelas CONJURs

Presidente:

Delegado ANAUNI

Palestrantes:

José Roberto Machado Farias

(Procurador-Regional da União da 5ª Região)

Lílian Barros de Oliveira Almeida

(Coordenadora-Geral de Processos Judiciais e Disciplinares da CONJUR/MJ)

**16:00h** - 2ª Palestra

Tema:

Órgãos Contenciosos e Consultivos: Procedimentos para Atuação Conjunta e Elaboração de Teses Jurídicas da União

Assuntos abordados:

Câmara Técnica Rio Grande do Norte e São Paulo (ações sobre medicamentos); atuação do consultivo na elaboração das teses utilizadas para as manifestações do contencioso; encaminhamento pelo contencioso ao consultivo de subsídios com orientações aos órgãos públicos e aos gestores sobre a forma correta de proceder, tendo em vista a proliferação de ações sobre o mesmo tema. Delegação a órgãos dos Ministérios para a elaboração das informações para defesa, de forma insuficiente (MT), Portaria AGU nº 1.547, de 29/10/2008

Presidente:

Delegado ANAUNI

Palestrantes:  
Sérgio Eduardo de Freitas Tapety  
(Consultor-Geral da União - Substituto)  
José Roberto Peixoto (PGU)  
(Diretor do Departamento de Estudos Jurídicos e  
Contencioso Eleitoral da PGU)

## 28 de Maio

### Tarde

13:00 h - 1ª Palestra

Tema:  
Critérios de Aferição do Volume de Trabalho e  
Integração de Bancos de Dados, Pareceres,  
Notas e Peças

Assuntos abordados:  
O contencioso e o consultivo desconhecem o  
produto do trabalho do outro, podendo haver  
divergências. Qual a melhor metodologia para  
aferir o volume de trabalho das unidades da  
AGU e dividir o número de advogados da  
União de acordo com a demanda de trabalho?

Presidente:  
Delegado ANAUNI

Palestrantes:  
Caio Alexandre Wolff  
(Coordenador-Geral da Assessoria de Informa-  
ções Estratégicas da PGU)  
Sávia Maria Leite Rodrigues Gonçalves  
(Consultora da União e Diretora do Departamen-  
to de Informações Jurídico-Estratégicas da CGU)

15:00 h - 2ª Palestra

Tema:  
Integração do Contencioso e do Consultivo  
para a Viabilização das Políticas Públicas pela  
AGU

Presidente:  
Delegado ANAUNI

Palestrantes:  
André Augusto Dantas Motta Amaral  
(Consultor Jurídico do Ministério do Desenvolvi-  
mento Agrário)

Rodrigo Cunha Veloso  
(Coordenador-Geral do Departamento de Controle  
Difuso da SGCT)

17:00 h - 3ª Palestra

Tema:  
Sanções Administrativas: Novos Paradigmas do  
Contencioso e do Consultivo da Advocacia-  
Geral da União

Presidente:  
Delegado da ANAUNI

Palestrante:  
Fábio Medina Osório - Advogado

18:30 h - Coquetel de confraternização e  
lançamento do Livro "Direito Administrativo  
Sancionador" do autor Fábio Medina Osório

#### Sobre o Livro:

"A 3ª Edição da obra *Direito Administrativo Sancionador*, de Fábio Medina Osório, dá sequência a um livro que é um paradigma no Direito brasileiro, desde 2000, o autor introduziu no Direito Administrativo um novo conceito de sanção administrativa, posteriormente agasalhado pelos Tribunais, na medida em que aplica *Direito Administrativo Sancionador* diretamente pelo Judiciário, tal como ocorre com a Lei 8.429/92. Também traz à tona sua experiência no Ministério Público do Rio Grande do Sul – foram 14 anos e 02 meses – para sustentar com perfeição a adaptação da dogmática penal ao campo do *Direito Administrativo Sancionador*, inspirando-se no *Direito Comparado* e na realidade da *Constituição Brasileira*, que consagra princípios comuns ao *Direito Punitivo*, tais como devido processo legal, responsabilidade subjetiva, legalidade, Estado de Direito, tipicidade das infrações e das penas. A obra, atualizada na 3ª Edição, tem abrangência e eficácia para ser utilizada tanto no Consultivo quanto no Contencioso. O crescimento, a expansão e o fortalecimento do *Direito Administrativo Sancionador*, no qual Fábio Medina Osório é considerado uma referência nacional, ficam evidenciadas a partir não apenas da proliferação das agências, ou das autoridades administrativas independentes, mas, sobretudo, da necessidade de se criarem Tribunais Administrativos que desafoguem o Judiciário, ou processos administrativos cada vez mais próximos e assemelhados aos processos judiciais. É nesse contexto que a ANAUNI convida para o coquetel de lançamento da obra *Direito Administrativo Sancionador*, ed.RT, 3ª Edição, SP, 2010.

Informações: (61) 3344-4386 - [www.anauni.org.br](http://www.anauni.org.br)

Apoio



Realização

